



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro-Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Segunda Câmara
Sessão: **21/3/2017**

100 TC-002415/026/15 CONTAS ANUAIS

Prefeitura Municipal: Piratininga.

Exercício: 2015.

Prefeito(s): Carlos Alessandro Franco Borro de Matos.

Acompanha(m): TC-002415/126/15 e Expediente(s): TC-032993/026/16 e TC-032994/026/16.

Procurador(es) de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalizada por: UR-2 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-2 - DSF-II.

TÍTULO	SITUAÇÃO	(Ref.)
Ensino	25,88%	(25%)
FUNDEB	100%	(95%-100%)
Magistério	76,19%	(60%)
Pessoal	47,25%	(54%)
Saúde	32,33%	(15%)
Transferências ao Legislativo	3,96%	(7%)
Execução orçamentária – superávit	R\$ 643.551,75 – 2,10%	
Execução financeira – superávit	R\$ 1.621.016,41	
Remuneração dos agentes políticos	apartado	
Precatórios (pagamentos)	Relevado	
Encargos sociais	Regular	

Relatório

Em exame, as contas prestadas pela **Prefeitura do Município de Piratininga**, relativas ao exercício de 2015, cuja fiscalização foi realizada pela equipe técnica da Unidade Regional de Bauru que, com base no permissivo previsto no TC-A-39.686/026/15, analisou os resultados considerados essenciais para a emissão do parecer.

O relatório inserto às fls. 06/39 apresentou como relevantes as seguintes ocorrências:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Ensino

- ausência do Plano de Carreira e Remuneração dos profissionais do Magistério;
- nem todos os professores da educação básica dispõem de formação superior específica;
- o município não vem atingindo as notas previstas no IDEB;
- na rede municipal de ensino o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais é prestado por professores que recebem capacitações pontuais, não há notícia de professores especialistas;
- déficit de 23,14% de vagas na creche.

Natureza Operacional

- algumas escolas precisam de reparos, especialmente o forro da EMEI "Prof^a. Neusa Franzolin Fernandes".

Saúde

- nem todos os recursos do Fundo são movimentados em contas bancárias próprias;
- as audiências quadrimestrais não foram realizadas.

Natureza operacional

- impossibilidade de prestação de serviços odontológicos na unidade de saúde da família "Ana Maria Salles M. Falqueiro", uma vez que na data da visita *in loco*, havia a necessidade da manutenção da cadeira odontológica.

Precatórios - Regime Ordinário

- atraso na quitação de precatórios e consequente quebra da ordem cronológica de pagamentos, haja vista que outras obrigações foram adimplidas no período compreendido entre o vencimento da dívida judicial (31/12/2015) e sua efetiva quitação (14/06/2016);
- contabilização equivocada no Balanço Patrimonial.

Planejamento das Políticas Públicas

- Plano de Saneamento Básico desatualizado.

Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência Fiscal

- inadequações que ensejam regularização.

Controle Interno

- encaminhamento intempestivo de informações ao Sistema AUDESP e problemas no controle de bens patrimoniais;

Iluminação Pública



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- não houve escrituração contábil das receitas e das despesas.

Execução dos Serviços de Saneamento Básico, Coleta e Disposição Final dos Resíduos Sólidos

- antes de aterrar o lixo, o município não realiza qualquer tipo de tratamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento.

Atendimento às Determinações e/ou Recomendações do Tribunal de Contas do Estado

- atendimento parcial de recomendações e Instruções desta E. Corte.

Outros Pontos de Interesse

Execução Contratual

- com base nas informações contidas no eTC-11864/989/16 (item 13 do relatório) e o apurado *in loco*, foi analisada concessão de recinto municipal para realização da XX Festa do Peão de Boiadeiro de Piratininga e respectiva prestação de contas, restando anotadas várias irregularidades que ensejam proposta de recomendações. Em visita à obra de reforma e ampliação de prédio público municipal para instalação do "Centro Cultural" foram verificadas diversas falhas nas parcelas já liquidadas, com necessidade de muitos reparos, embora o total de 98,15% do contrato já esteja pago e a obra tenha sido reinaugurada em 01/07/2016, data anterior à visita *in loco*.

Transporte Público

- o bairro de Brasília Paulista, distante 13 km do centro da cidade, por via de terra, não conta com qualquer serviço público de transporte coletivo, em inobservância ao art. 6º c/c inciso V do art. 30, todos da Constituição Federal.

Remuneração de Agentes Políticos

- pagamentos a maior aos agentes políticos decorrentes da aplicação de índice de revisão geral anual em percentual superior ao concedido aos servidores.

Após regular notificação, o responsável juntou aos autos justificativas e documentos (fls. 22/157).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Quanto aos desacertos relacionados à educação, procura demonstrar com os documentos que ora encarta que o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério se encontra na Câmara Municipal de Piratininga para análise e aprovação. Informa que os poucos professores que não possuem formação superior específica estão finalizando os respectivos cursos, enquanto que outros estão se aposentando. Afirma, também, que o déficit de creches e os problemas estruturais nas escolas municipais já foram regularizados.

Prossegue a sustentar que medidas estão sendo adotadas para que a partir de 2017 todos os recursos da saúde sejam geridos em conta do Fundo Municipal de Saúde, e encaminha documentos para comprovar que o consultório odontológico da Unidade de Saúde da Família "Ana Maria Salles M. Falqueiro" está em pleno funcionamento.

Sobre o atraso na liquidação dos precatórios, pondera que tal fato não prejudicou nenhum fornecedor e que a contabilização indevida tratou-se de erro formal de lançamento que será evitado futuramente.

Com relação ao item "outros Pontos de Interesse" assevera que todos os apontamentos relacionados à execução contratual foram sanados. Ressalta que a obra não está concluída e que será dada como finalizada depois que resolvida todas e qualquer divergência entre os serviços executados e a planilha orçamentária.

Segue a informar que no Bairro Brasília Paulista a administração disponibiliza um veículo micro ônibus placas CVZ 3116 de segunda a sexta-feira, levando o cidadão ao centro no período da manhã e retornando ao bairro no



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

período da tarde. Por fim, considera que as correções salariais obedeceram à legislação municipal.

Para os demais desacertos registrados, procura justificar ou demonstrar a legalidade dos atos praticados informando, em linhas gerais, que medidas corretivas já foram adotadas, além de que não houve qualquer prejuízo ao erário.

A Assessoria Técnica de Economia (fls. 162) atesta que as peças contábeis retratam resultados positivos, com superávit orçamentário correspondente a 2,10%; elevação do superávit financeiro; liquidez para enfrentamento dos compromissos de curto prazo; e redução da dívida consolidada.

No caso dos precatórios judiciais, observa que o mapa orçamentário no montante de R\$ 36.722,25 foi pago no primeiro semestre de 2016 e não existiu requisitórios de baixa monta para pagamento no período.

Sobre isso, entende que em virtude de o valor envolvido ser inexpressivo, tal falha não deve macular as contas, pois não trouxe grandes alterações no orçamento futuro. Tal ocorrência pode ser relevada, conforme decisões em casos análogos (TCs. 2470/026/10; 53/026/09; 14/026/09; 1583/026/08; e 1958/026/08). **Conclui, portanto, pela emissão de parecer favorável às contas de 2015 da Prefeitura Municipal de Piratininga.**

Sob o **aspecto jurídico**, o **órgão técnico** (fls. 163/167), ratifica os índices considerados pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

fiscalização em relação ao ensino, pessoal e saúde. Anota que os repasses à Câmara foram efetuados nos termos e no limite do artigo 29-A da Constituição Federal e os encargos sociais, recolhidos regularmente.

Sobre a remuneração dos agentes políticos, não obstante as alegações de defesa, entende que essa questão deva ser mais bem analisada em autos apartados. As demais incorreções, por outro lado, por não possuírem gravidade suficiente a contaminar as presentes contas, pois ou já foram regularizadas pela defesa ou devidamente esclarecidas, sugere para cada qual recomendações. **Opina, posto isso, pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas abrigadas nestes autos.**

A Chefia de ATJ (fls. 168) **endossa** as opiniões de suas Assessorias e recomenda ao atual Chefe do Executivo que regularize e/ou não incida nas falhas apontadas pela fiscalização, principalmente nos setores de ensino, saúde e precatórios.

Para o **Ministério Público de Contas** (fls. 169/173), os demonstrativos de Piratininga devem ser rejeitados porque:

- nem todos os recursos da saúde são movimentados via Fundo Municipal de Saúde, mas somente os recursos estaduais e federais, em ofensa ao artigo 33 da Lei Federal 8.080/90; ao artigo 4º, inciso I, da Lei Federal 8.142/90; e ao artigo 14 da Lei Complementar Federal 141/12;
- os pagamentos dos precatórios não foram efetuados no próprio exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Posto isso, opina pela emissão de **Parecer desfavorável** à aprovação das contas do Executivo de Piratininga, relativas ao exercício de 2015.

Prosseguindo, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, do Ministério da Educação, a situação operacional da educação no Município em exame é retratada na Tabela abaixo:

Tabela 01 - Qualidade do Ensino											
Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica											
	Nota Obtida						Metas				
PIRATININGA	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
Anos Iniciais	-	-	-	5,7	5,0	5,4	-	-	-	5,9	6,2
Anos Finais	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM

E, conforme dados do Censo Escolar 2005, a situação da infraestrutura escolar é a seguinte:

Descrição das Escolas	2012	2013	2014	2015
Número de Escolas Municipais	3	3	3	3
% Escolas com Lab. Informática.	66,7%	66,7%	66,7%	66,7%
% Escolas com Lab. Ciências.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
% Escolas com Cozinha	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% Escolas com Biblioteca	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%
% Escolas com Parque Infantil	66,7%	66,7%	33,3%	33,3%
% Escolas com Acesso à Internet	100,0%	100,0%	100,0%	66,7%
% Escolas oferecendo Merenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Conforme dados da Fundação Seade, a situação operacional da saúde no Município é a seguinte:

Estatísticas Vitais e Saúde	Ano Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2015 11,93	13,64	14,69
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2015 45,10	50,69	52,41
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2015 6,62	10,34	10,66
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2015 6,62	12,13	12,04



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2015	97,75	105,55	109,44
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2015	3.692,76	3.656,13	3.482,85
Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos (Em %)	2015	6,62	7,24	6,25
Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2015	84,17	78,66	77,77
Partos Cesáreos (Em %)	2014	68,05	72,84	61,47
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2015	7,28	8,83	9,15
Gestações Pré-Termo (Em %)	2015	10,20	10,77	10,63
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2014	2,07	2,16	1,37

Por fim, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal no exercício apresentaram as seguintes notas:

Indicador	Nota	Legenda
i-Educ	B	A Altamente efetiva
i-Saúde	B+	B+ Muito efetiva
i-Planejamento	B	B Efetiva
i-Fiscal	B+	C+ Em fase de adequação
i-Amb	B+	C Baixo nível de adequação
i-Cidade	C+	
i-Gov-TI	C	
IEGM	B	

Subsidiou o exame dos autos:
TC-002682/126/15 que se refere ao Acompanhamento da Gestão Fiscal.

TC 32993/026/16 e TC 32994/026/16 em que o vereador Claudinei Aparecido Balduino alega, mas não demonstra, que no exercício de 2015 a Prefeitura:

- fracionou despesas até o limite de R\$ 8.000,00 para aquisições de óculos, remédios, óleos lubrificantes, materiais de construção e peças para veículos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- emprestou uma máquina trituradora de galhos à empresa diretamente interessada que explora a locação de caçambas no município;
- sucateou a frota municipal, sem a manutenção necessária de veículos, aproveitando peças de um veículo para outro;
- contratou pessoas pela Santa Casa de Misericórdia, entidade subvencionada pela Prefeitura para prestar serviços nas unidades de saúde e no setor de Promoção Social, embora estivesse vigente concurso público;
- há notícias do desaparecimento há mais de um ano de um motor de máquina motoniveladora.

Contas anteriores:

2014 TC 000323/026/14	desfavorável ¹
2013 TC 001850/026/13	favorável ²
2012 TC 001782/026/12	favorável ³

É o relatório.

rcbnm

¹ D.O.E. em 07/10/2016 - FUNDEB

² D.O.E. em 20/08/2015

³ D.O.E. em 14/03/2014



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC 002415/026/15

A instrução dos autos demonstra que o Município de Piratininga cumpriu seu dever constitucional (artigo 212 da Constituição Federal) ao aplicar **25,88%** da receita de impostos e transferências na educação básica; **76,19%** na remuneração dos profissionais do magistério (artigo 60, inciso XII, do ADCT) e **32,33%** na saúde (artigo 7º, da Lei Complementar nº 141/12. Também respeitou o limite legal máximo admitido pela LRF (artigo 20, inciso III, letra "b") em relação às despesas com pessoal, que atingiram **47,25%** da receita corrente líquida.

Revelou, ainda, que, no exercício de 2015 foi aplicado 100% do FUNDEB recebido, observando o que estabelece o artigo 21, caput da Lei Federal nº 11.494/07.

Destaco, a propósito, que em relação aos setores de ensino e de saúde o laudo de fiscalização registrou algumas anomalias que a administração procurou esclarecer e regularizar. Assim, cabe à fiscalização em oportuna fiscalização "in loco" certificar-se das medidas saneadoras noticiadas.

A administração recolheu os encargos sociais (INSS, PASEP e Previdência Própria), e realizou os repasses dos duodécimos ao Legislativo, observando o limite do artigo 29-A da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Em relação aos resultados contábeis, o Município apresentou superávit orçamentário de R\$ 643.551,75, correspondente a 2,10% das receitas arrecadas no exercício. Esse resultado fez com que a Prefeitura obtivesse, no encerramento do período, um superávit financeiro de R\$ 1.621.016,41, elevando o resultado positivo proveniente do exercício anterior. Havia recursos suficientes para arcar com toda a dívida de curto prazo e o endividamento de longo prazo, que em 31-12-2014 era de R\$971.896.49, passou, em 2015, para R\$818.434.52, demonstrando um decréscimo de 15,79% (fl. 08).

No que diz respeito aos precatórios, segundo o laudo de fiscalização, o município não realizou o pagamento do mapa do ano de 2015, cujo montante era de R\$ 36.722,25.

Neste caso, considero que a anomalia aqui em destaque tratou-se mais de um desacerto operacional, na medida em que havia recursos suficientes para liquidação do valor devido.

Então, diferentemente do posicionamento externado pelo Ministério Público de Contas, creio que essa questão, de forma isolada, não seja suficiente para inquirar a totalidade dos demonstrativos em exame.

Isso porque a ausência de pagamento do valor de R\$ 36.722,25 é demasiadamente inexpressivo dentro do orçamento municipal para que se possa comprometer a totalidade da gestão. Aplica-se, ao caso, portanto, o princípio da insignificância, na medida em que, seguramente, a emissão



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

do Parecer Desfavorável por esse motivo seria desproporcional.

Demais disso, aludida despesa já foi liquidada no primeiro semestre de 2016, ou seja, no próprio mandato, não se transferindo, pois, a obrigação para o sucessor.

Assim, como as questões mais relevantes na análise das contas sob a ótica dos princípios da anualidade, unidade e universalidade, se apresentam em ordem, considero que as imperfeições remanescentes, registradas na instrução do feito, não formam conjunto suficiente para comprometê-las.

Exceção feita ao subsídio dos agentes políticos, que deverá ser analisado em autos apartados, as falhas são substancialmente formais, foram bem justificadas pela defesa que, inclusive, informou que medidas corretivas estão sendo adotadas para algumas. Por conta disso, podem ser relegadas ao campo das recomendações, devendo a equipe técnica, em oportuna fiscalização, certificar-se sobre as medidas anunciadas.

Por fim, quanto aos expedientes TC 32993/026/16 e 32994/026/16 que passaram a acompanhar as contas após a fiscalização realizada pela Unidade Regional de Bauru, destaco que os atos praticados no âmbito da Prefeitura Municipal ao longo do exercício de 2015 foram examinados por amostragem pela fiscalização do Tribunal de Contas do Estado durante visita de rotina ao órgão, onde nada de irregular se apontou a respeito das questões indicadas pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

então subscritor, sendo que as admissões ocorridas em 2015 serão analisadas em autos específicos.

Demais disso, o vereador Claudinei Aparecido Balduino não demonstra, objetivamente, prejuízo causado ao patrimônio público por ato ilícito do administrador municipal, como também não forneceu elementos hábeis para caracterizar algum desvio de poder ou de finalidade que tipifiquem a ilicitude da conduta administrativa. Sendo assim, referidos documentos devem ser arquivados.

Por tudo isso, voto pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas prestadas pela **Prefeitura Municipal de Piratininga**, relativas ao exercício de 2015, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, determino que se expeça ofício ao Executivo com recomendações para que:

- elabore o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério;
- promova o aperfeiçoamento dos professores da educação básica;
- adote medidas para que o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais seja prestado por professores especializados;
- promova a realização de audiências públicas quadrimestrais da saúde, em cumprimento ao disposto no artigo 36, § 5º, da Lei Complementar nº 141/12;
- faça com que todos os recursos da saúde sejam movimentados via Fundo Municipal de Saúde, conforme estabelece a lei de regência;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- contabilize adequadamente o valor devido a título de precatórios no balanço patrimonial e pague em dia aludidos débitos;
- efetue a escrituração contábil das receitas e despesas da CIP, em respeito aos princípios da transparência e da evidenciação contábil;
- atualize o Plano de Saneamento Básico;
- observe, com relação ao Sistema de Controle Interno, o disposto nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e as orientações traçadas por este E. Tribunal no *Manual Básico - O Controle Interno do Município*;
- promova imediatos ajustes para garantir a fidedignidade das informações contidas no banco de dados do sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, nos termos do Comunicado SDG nº 34/09.

Ainda à margem do Parecer determino:

- a autuação de apartado para análise dos subsídios dos agentes políticos; e
- o arquivamento dos expedientes TC 32993/026/16 e TC 32994/026/16.

É como voto.